



■ Presidente p.5

Estratégia do Governo é um fracasso



■ PSD p.13

Orçamento para 2017 é da responsabilidade da esquerda

# POVO LIVRE



nº 1933

27 de julho de 2016

Diretor: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
nº 105690 - Propriedade: PSD

## GOVERNO ESTÁ REFÉM DA EXTREMA-ESQUERDA



■ Pedro Passos Coelho esteve na 34.ª edição da Festa do Chão da Lagoa, na Madeira



Festa do PSD/Madeira no Chão da Lagoa

## Governo está refém da extrema-esquerda

A eventual aplicação de sanções a Portugal pela Comissão Europeia resultará de “dúvidas” que os governos europeus têm sobre a atual governação do país. Pedro Passos Coelho, que participava na 34.ª edição da Festa do PSD/Madeira, no Chão da Lagoa, domingo, 24 de julho, considera que a questão não surge pelo que foi feito no passado, mas pelo que está ser feito atualmente.

“Não é justo que se apliquem sanções a Portugal. [...] É porque muitos dos governos da Europa, hoje, têm dúvidas sobre aquilo que se está a passar em Portugal, sobre as reformas importantes que estão a ser revertidas, sobre a maneira como estamos a andar para trás em vez de andar para a frente”, declarou o líder social-democrata, falando perante 15 mil militantes e simpatizantes.

Pedro Passos Coelho criticou o Governo de António Costa por ameaçar levar a Comissão Europeia a tribunal em caso de aplicação de sanções, considerando que a atitude revela apenas a necessidade de encontrar um bode expiatório. “Nós temos, hoje, em Portugal um Governo que não só não assume as responsabilidades, como anda sempre à procura de um bode expiatório para lavar as mãos daquilo que é a consequência das opções que tomaram”, alertou.

O líder do PSD declarou, por outro lado, que “não há direito de atirar pela janela o sacrifício” feito, “a confiança” conquistada e “a esperança”.

Passos Coelho acusou ainda o Partido Socialista de estar a ser “colonizado” pelo Bloco de Esquerda e a “fazer um jeito” aos comunistas. “Se se aliaram ao Bloco de Esquerda e ao Partido Comunista para afastar os investidores, não têm agora de se queixar da falta de investimento e da falta de criação de postos de trabalho”, afirmou.

O presidente do PSD prometeu, depois, ajudar a Madeira no projeto do novo hospital e na ligação marítima por “ferry” ao continente, realçando que, mesmo na oposição, o PSD “defenderá Portugal até ao fim”.



Esta é a segunda vez que Pedro Passos Coelho participa na Festa do Chão da Lagoa, uma das maiores organizadas pelo PSD a nível nacional, tendo visitado as barracas representativas de todas as freguesias da Região Autónoma da Madeira, sempre na companhia do líder regional social-democrata e presidente do Governo Regional, Miguel Albuquerque.

Passos Coelho provou bebidas e petiscos, tirou fotografias, deu e recebeu abraços e beijos e, por várias vezes, incluindo em cima do palco, ouviu serem-lhe cantados os parabéns, no dia do seu 52.º aniversário.

## PCP e BE fingem que são partidos de protesto

Miguel Albuquerque acusou, por seu lado, o PCP e o BE de fingirem que são partidos de protesto na Madeira. “Fingem que não mandam em Portugal e vêm para aqui deitar areia nos olhos do povo da Madeira, dizendo que nada têm a ver com o que se passa a nível nacional”, frisou o líder regional, manifestando que está na expectativa para saber qual será a sua posição, ao nível da República, sobre o novo hospital e a proposta para reduzir os juros da dívida da Região contraída junto do Estado.

“Vamos ver o que eles fazem lá, já que gostam de falar muito”, salientou.

Miguel Albuquerque sublinhou, ainda, que o próximo objetivo do PSD/Madeira é vencer as eleições autárquicas, tendo em conta que, em 2013, perdeu sete câmaras municipais, num total de onze.

“Nós vamos mobilizar-nos a partir de hoje para iniciarmos o processo autárquico”, disse, vincando que “o objetivo é vencer a maioria das câmaras e a maioria das juntas na região”.



# Atuação do Governo na banca é “criminosa”



O que se está a passar com a Caixa Geral de Depósitos “é intolerável” e “aquilo que se está a passar na véspera de venda do Novo Banco é quase criminoso”. Pedro Passos Coelho alerta para as consequências decorrentes das “declarações levianas” e da “atuação criminosa” do Governo relativamente ao sistema bancário: “O problema é que isto pode rebentar nas mãos e nos bolsos de todos os portugueses. Já aconteceu assim com o Banif no ano passado, que foi resolvido já no tempo do PS - e não no meu”.

O presidente do PSD convidou o Primeiro-Ministro a deixar de criar “falsos inimigos” e de “destruir valor” na banca portuguesa, tendo uma atuação “quase criminosa” no Novo Banco. “Convido António Costa a exercer o seu mandato de Primeiro-Ministro com outra serenidade, em vez de andar a fazer declarações levianas e a escolher melhor as palavras que utiliza”, respondeu, contrapondo, a seguir, que aquilo que se está a passar com a Caixa Geral de Depósitos.

Em matéria de sistema bancário, o presidente do PSD defendeu que está agora em condições “que não têm comparação face à situação de 2011”. “Se os governos e os Primeiros-Ministros, em vez de tratarem das suas funções, andarem sempre a criar falsos inimigos e com desculpas de mau pagador para não resolverem os problemas, então, aí sim, cria-se um problema muito grave no país”, advertiu.

Passos Coelho declarou depois que o país tem assistido “a uma insistência do PS e do Governo em vulnerabilizar e destruir valor nos bancos portugueses - e isso tem acontecido repetidamente nas últimas semanas”.

“Disse recentemente que a forma como o Governo e, em particular, o ministro da Finanças [Mário Centeno] têm tratado esta matéria vai acabar por rebentar nas mãos do Governo, o que até é o menos mau”, afirmou.



# Estratégia do Governo é um fracasso

O presidente do PSD alerta que no segundo semestre de 2016 vão “aumentar os riscos orçamentais para o país”, através da “dívida que ainda não é reconhecida”. Na intervenção perante os conselheiros nacionais, 20 de julho, Pedro Passos Coelho considerou que a estratégia de rápido crescimento e criação de emprego e investimento do Governo “está a sair ao contrário” e os portugueses vão sentir as consequências “muito antes das autárquicas”.

Portugal regressou a 2010 na capacidade de se financiar, uma vez que, acredita o presidente do PSD, Portugal só consegue financiamento com o apoio do BCE. Perante os conselheiros, Passos Coelho acusou o governo PS de estar a desperdiçar a “janela de oportunidade” que era pequena, mas que existia para o sucesso do país.

Ao traçar o cenário negro da governação atual, Passos Coelho atacou os “patetas alegres que acham que isto não existe” e criticou quem acha que o PSD desistiu do país. “Alguém acredita que estamos interessados em ir gerir a bancarota do país?”

Sobre a estabilidade do sistema financeiro, Passos Coelho lembrou que quando tomou posse como primeiro-ministro em 2011, “a situação dos bancos não era má, era péssima”, lembrando que os bancos limparam 20 mil milhões de euros de imparidades durante quatro anos.

O líder do PSD criticou ainda o facto de os futuros administradores da CGD ainda não terem sido nomeados, mas já estarem a ter acesso a informação privilegiada sobre o banco e a negociar com Bruxelas, temendo que alguns não tomem posse e possam voltar para a concorrência.

O líder do PSD critica o Governo de estar a prejudicar a estabilidade financeira e afirmou mesmo: “Eles [Governo] querem rebotar com os bancos, fazer a vontade ao Bloco de Esquerda e depois querem dizer que a culpa é minha ou da Maria Luís”.

O presidente do PSD voltou a falar na unidade da geringonça, dizendo que “o Bloco anda encantado a nomear gente para todo o lado. Agora já se pode nomear à vontade, já não há CRESAP”.

Passos Coelho venceu que “a conversa de que a austeridade acabou é mentirosa, a austeridade está cá toda” e comparou a situação atual à de 2010, quando Portugal só conseguia financiamento através da ajuda do Banco Central Europeu, pois “a margem para pedir emprestado é virtualmente nula”.





## “Portugal precisa dos autarcas do PSD”

O PSD aprovou por larga maioria os princípios estratégicos para as eleições autárquicas de 2017, incluindo o calendário de apresentação de candidatos, entre outubro próximo e abril de 2017, para ser o partido com mais câmaras e juntas de freguesia. “Não haverá apresentação de nenhuma candidatura antes de meados de outubro próximo e nunca depois de 31 de março do próximo ano. Tudo o que hoje foi aqui aprovado não tem em vista nenhum dos 308 concelhos. O que tem em vista é princípios e orientações gerais que deveremos cumprir ao longo de todo este processo autárquico”, afirmou o coordenador nacional autárquico social-democrata, Carlos Carreiras, em conferência de imprensa, em Lisboa, durante o Conselho Nacional, 20 de julho.



Carlos Carreiras reconheceu dedicar “atenção especial às maiores câmaras (a maior, Lisboa, e a quarta maior, Porto) e “projetos, estratégias, para cada um dos concelhos”, uma vez que “as estruturas partidárias estão agora a aprofundar todas as ideias e projetos”, num “processo descentralizado, de grande solidariedade interna” e “em conjunto com as comunidades locais”, para o PSD “cumprir os objetivos a que se propõe: ganhar o maior número de câmaras e de presidências de juntas de freguesia”.

No documento aprovado pelo Conselho Nacional do PSD, além dos prazos já referidos, há uma “orientação geral de apoiar a recandidatura a um novo mandato daqueles (presidentes de câmara) que estejam ainda em condições de o fazer”, devendo tal facto ser comunicado à Comissão Política Nacional até ao final de 2016.

“Nos municípios onde a avaliação política aponta para

alianças ou coligações, as propostas deverão ser apresentadas pelas comissões políticas distritais à comissão coordenadora autárquica e à Comissão Política Nacional, com a fundamentação clara das suas vantagens políticas, até ao final do primeiro trimestre de 2017”, lê-se.

Outro princípio de orientação estratégica do PSD para as autárquicas de 2017 é a “renovação dos quadros autárquicos”, com uma “aposta na participação de novos e jovens quadros, assim como garantir nas listas a integração de mulheres, assumindo o compromisso de ir além daquilo que está na letra da designada Lei da Paridade”.

Carlos Carreiras reiterou que Portugal precisa dos autarcas do PSD, porque são os “mais bem preparados” para enfrentar os desafios do poder local.

# A banca merecia “outra tranquilidade”

Pedro Passos Coelho acusa o Governo de lidar com a situação da banca “com os pés”, pedindo para que o executivo socialista “arrepie caminho rapidamente”. O líder do PSD, que falava quinta-feira em Mira (distrito de Coimbra), durante uma visita às Festas de São Tomé, considerou que durante quatro anos o Governo PSD/CDS-PP andou “a melhorar a situação em todo o sistema financeiro e, agora, para agradecer ao Bloco de Esquerda, o Partido Socialista está no Governo a lidar com os pés a situação da banca e isso não é bom para ninguém”.

Passos Coelho espera agora que o “Governo arrepie caminho rapidamente nesta matéria”. Focando-se na Caixa Geral de Depósitos (CGD), Passos Coelho referiu que o banco público está a ser vulnerabilizado “ao fim de meses e meses de desgaste imposto pelo Governo”. Há uma “administração que não é substituída” e “um plano de reestruturação que é apresentado por quem ainda nem sequer foi nomeado, quando ainda há uma administração em funções”, apontou, criticando ainda as declarações do ministro das Finanças, que dá “a entender às pessoas que há problemas financeiros graves na Caixa Geral de Depósitos, quando isso não corresponde à verdade”.

A explicação que o executivo socialista tem apresentado aos portugueses de que “o Governo, coitado, herdou uma situação muito difícil na banca que foi deixada pelo Governo anterior” é incompreensível para Passos Coelho. “Quem se esforçou tanto como a generalidade dos portugueses para ultrapassar uma situação muito difícil merecia agora “outra tranquilidade”, enfatizou, afirmando que não está “conformado com a situação” atual.



## Votação alcançada por António Guterres “é muito auspiciosa”

O presidente do PSD felicitou António Guterres pelo “começo com o pé direito”, perante o resultado da primeira votação no Conselho de Segurança para secretário-geral da ONU, que colocou António Guterres na frente da corrida. O resultado alcançado “foi realmente muito significativo”, tendo o candidato a secretário-geral da ONU conseguido aparecer “destacado face àqueles que eram tidos como os principais concorrentes e isso só pode ser um bom auspício”.

No entanto, Passos Coelho sublinhou que ainda é cedo para se “cantar vitória”.

Segundo fontes diplomáticas citadas pela agência France Presse, durante a votação, cada um dos 15 membros do Conselho indicou se “encoraja”, “desencoraja” ou “não tem opinião” sobre os candidatos. António Guterres recebeu 12 votos de encorajamento, seguido do esloveno Danilo Turk, que recebeu 11. Uma nova votação deve acontecer nas próximas semanas, mas a data ainda não foi anunciada. Neste momento, existem 12 candidatos ao cargo, metade dos quais mulheres.



42.º aniversário da JSD

# Governo ensaia estratégia de desresponsabilização



O presidente do PSD acusa o Governo socialista de estar a desperdiçar a oportunidade de reforçar a credibilidade do país junto dos parceiros europeus e de já estar a ensaiar uma estratégia de desresponsabilização. “Estamos a desperdiçar oportunidades, todos os dias, de melhorar o sucesso que poderíamos ter tido, se o parlamento tivesse tido a responsabilidade de respeitar a vontade que o povo português deixou nas eleições”, afirmou Pedro Passos Coelho, ao discursar no 42.º aniversário da JSD, na Costa da Caparica, 23 de julho.

O líder social-democrata, que falava perante cerca de duas centenas de jovens apoiantes, teceu duras críticas à alegada estratégia socialista de desresponsabilização na venda do Banif, remetendo as culpas para o Governo anterior, da mesma forma que pretende responsabilizar a União Europeia pela eventual aplicação de sanções económicas.

Pedro Passos Coelho lembrou que, ao contrário do que se pretende fazer crer, a eventual aplicação de sanções não será da responsabilidade da direita europeia, mas dos socialistas europeus. “A maior partes dos países europeus, hoje, tem governos socialistas. O presidente do Eurogrupo, que diz que só não haverá sanções se o Governo português tomar medidas e assegurar para futuro uma trajetória diferente, é socialista. O comissário europeu (...) que trata destes assuntos das sanções, é socialista. Esta matéria foi discutida no Eurogrupo e numa reunião com ministros das Finanças Europeus. Nenhum defendeu Portugal e estava lá uma maioria de socialistas”, disse.





“É caso para dizer ao nosso Governo: se a culpa for da Europa, acreditando nas palavras socialistas, então a culpa é dos socialistas europeus. Mas deixem-me ser preciso: a culpa nem é da Europa nem dos socialistas europeus, é de quem gosta sempre de lavar as mãos para não ter de fazer aquilo que é preciso. E este Governo tinha uma oportunidade extraordinária de ter mantido a direção de credibilidade e confiança na economia portuguesa, que hoje seria bastante importante para Portugal”, acrescentou o líder social-democrata.

Pedro Passos Coelho lamentou, ainda, que os socialistas estejam a desperdiçar uma oportunidade de reforçar a credibilidade junto dos parceiros europeus, ao enveredarem por uma estratégia de recriminação, em vez de melhorarem as condições para o crescimento da economia portuguesa e do emprego sustentável a médio e longo prazo.

Pedro Passos Coelho deixou claro que não só não concorda com a atual estratégia socialista, como também não acredita numa correção do rumo traçado, até porque considera haver um “gérmen bloquista” a tomar conta do PS. “O gérmen bloquista tomou conta do PS - não sei se com Syriza ou sem Syriza, não sei em qual das fases -, mas isso preocupa-me porque a ‘bloquização’ do Partido Socialista só nos pode deixar apreensivos para futuro”, afirmou.

“Nós tivemos sempre, historicamente, as nossas divergências em relação ao PS. Mas tivemos também, com o PS, uma convergência importante – apesar de todas as divergências -, que garantiu que Portugal fizesse as revisões constitucionais que o haviam de habilitar a não parecer um país mais soviético, quando a União Soviética já tinha desaparecido na queda do muro de Berlim”, concluiu.



# Homenagem a Cavaco Silva e Mário Soares

O presidente do PSD participou sábado, 23 de julho de 2016, em Lisboa, num almoço de homenagem ao antigo Presidente da República e ex-Primeiro-Ministro Cavaco Silva e na cerimónia de homenagem ao fundador do PS, ex-Primeiro-Ministro e antigo Presidente da República Mário Soares, por ocasião do 40.º aniversário da tomada de posse do I Governo Constitucional.



Maria Luís Albuquerque

## “Responsabilidade política” é determinante para manter a confiança no sistema financeiro



A ex-ministra das Finanças classificou como “muitíssimo perigosa” a forma como o Governo socialista de António Costa está a lidar com o sistema financeiro, a propósito de uma questão relativa ao Novo Banco. Maria Luís Albuquerque, que participava da Grande Conferência Europa, uma iniciativa do “Diário de Notícias” e da Vodafone, em Lisboa, 21 de julho, quando questionada sobre divergências no que diz respeito ao Novo Banco reforçou que “aquilo que tem sido dito é muito grave pelo impacto que tem sobre a consequência” e afirmou que espera “que seja possível evitar consequências mais sérias”.

O Executivo informou a Comissão Europeia de que “não considera a possibilidade” de realizar uma nova ajuda estatal ao Novo Banco, acrescentando que, se o banco não for vendido até agosto de 2017, entra num processo ordeiro de liquidação.

“O sistema financeiro, mais do que qualquer outro setor de atividade vive de confiança. Não há motivo nenhum que possa justificar declarações por parte de responsáveis do Governo, das Finanças e de um Primeiro-Ministro que ponham em causa a confiança no sistema financeiro. As consequências para o sistema financeiro do país podem ser terríveis e isso não é uma questão de política partidária, é uma questão de responsabilidade política”, alertou.



# O PSD não dá cobertura a uma crise política

O PSD entende que o Governo está a fracassar na pro-



messagem de crescimento económico, de melhoria do emprego e estímulo ao investimento, mas afasta qualquer tentativa para apoiar artificialmente uma crise política. Estas posições foram transmitidas pela vice-presidente do PSD Sofia Galvão, que chefiou a delegação social-democrata recebida, dia 25, pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, no Palácio de Belém, em Lisboa, para uma análise da situação política. “Não vemos nenhum cenário de crise política no horizonte”, assinalou Sofia Galvão.

A vice-presidente do PSD recordou que “o Governo tem uma maioria estável no parlamento” a quem compete aprovar o Orçamento do Estado para 2017 e argumentou que “quando há maiorias nos parlamentos não há razões para se pensar em crises políticas”.

**“O PSD não é parte da solução em termos do próximo Orçamento do Estado”, frisou.**

De acordo com Sofia Galvão, a delegação do PSD teve “uma conversa muito transversal, muito aberta sobre a situação política do país” com Marcelo Rebelo de Sousa, manifestando, sobretudo, “preocupação com o estado da economia”. “Os nossos compromissos com o exterior dependem de um desempenho económico que a política do Governo não está a conseguir assegurar. E foi isso sobretudo que transmitimos ao senhor Presidente da República”, afirmou.

De acordo com a vice-presidente do PSD, “nesta altura já é possível perceber que os resultados da política económica são o contrário daquilo que o Governo tinha prometido”.

“O crescimento é um crescimento muito inferior, de acordo com os últimos estudos, àquilo que se prometeu. Nesta altura fala-se em cerca de metade do que era previsível”, apontou.

Sofia Galvão lembrou que “o investimento cai” e que “o emprego não melhorou” e que Portugal está “com níveis de poupança negativa”, e ao mesmo tempo “o consumo interno não é capaz de fazer arrancar a economia”. “Esta foi a nossa principal nota, complementada por uma preocupação também com o estado do sistema financeiro e especificamente da banca. Sem banca a funcionar, em condições de financiar a economia, a economia não consegue de facto ter o desempenho de

que Portugal precisa”, acrescentou.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, recebeu na terça-feira, entre as 12h00 e as 20h00, os sete partidos com assento parlamentar, para um balanço da sessão legislativa e uma análise da situação política. Há cerca de três meses, em 26 de abril, Marcelo Rebelo de Sousa reuniu-se com os partidos com assento parlamentar para debater dois temas específicos na agenda política, o Programa de Estabilidade e o Programa Nacional de Reformas.

Sofia Galvão tinha ao seu lado o secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, e o líder da bancada social-democrata, Luís Montenegro.



Luís Montenegro

# Orçamento para 2017 é da responsabilidade da esquerda

O presidente do grupo parlamentar do PSD acusa o Executivo de “irresponsabilidade voluntária e consciente” relativamente à banca, alertando que PS, PCP e BE deveriam estar a “dialogar” sobre o próximo orçamento e não a “trocar recados” em público.

Luís Montenegro apontou exemplos: “Quase diariamente dirigentes do PS e governantes, incluindo o primeiro-ministro e o ministro das Finanças vão lançando a confusão, seja no processo de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos, que se está a arrastar de uma forma incompreensível, com notícias e contra notícias todas com fonte governativa, a administração do banco parece uma terra de ninguém”.

Em Barcelos, sexta-feira, 22 de julho, à margem de um jantar comemorativo do aniversário de Francisco Sá Carneiro, Luís Montenegro referiu que a “responsabilidade” de apresentar uma proposta de Orçamento do Estado para 2017 é dos partidos que “suportam o Governo” (PS, BE, PCP e PEV), considerando não haver razões para estar “otimista”.

Em relação ao próximo Orçamento do Estado, Luís Montenegro considerou que não será um processo fácil, acusando os partidos da esquerda de andarem a trocar “alfinetadas” em vez de dialogarem: “As perspetivas de construção do Orçamento do Estado para 2017, para já, as coisas não tem começado bem. Em vez de estarem a dialogar, os partidos que suportam o Governo, porque foi isso que todos prometeram ao país, andam a mandar recados na praça pública uns aos outros e isso não ajuda a construir uma proposta de orçamento”, disse.

Luís Montenegro deixou um aviso em forma de apelo: “A responsabilidade para haver orçamento é do PS, PCP, BE e do PEV, portanto, façam o favor de assumir a responsabilidade que assumiram diante do país”.

Ou seja, salientou, “em vez de andarem a convergir, sentados à mesa naquilo que é a sua responsabilidade, suportar o Governo, andam a mandar recados uns aos outros”.

Ainda sobre a não eleição de Correia de Campos para presidente do Conselho Económico e Social, por falta de votos quando havia um acordo entre PS e PSD para o efeito, o líder dos deputados sociais-democratas reafirmou a vontade do PSD em “cumprir” o acordo com o PS. “Nós gostávamos que a eleição tivesse surtido efeito e mantemos o nosso compromisso para isso. Inaceitável é



estar a apontar responsabilidades apenas a um grupo parlamentar quando a responsabilidade é de todos”, disse.

Ainda assim, garantiu, o PSD pretende respeitar o acordo com o PS para a eleição para aquele cargo.

“O PSD firmou um compromisso, quer cumpri-lo, quer colaborar para o cumprir, não depende só de si. Espero que no reinício dos trabalhos o PS volte a indicar uma personalidade, esta ou outra, nós estamos disponíveis para dar o nosso contributo”, explicou.



# Criação do estatuto do território de baixa densidade

Vinte deputados do PSD apresentaram um projeto de lei na Assembleia da República que propõe a criação do estatuto do território de baixa densidade. Esta iniciativa legislativa teve origem numa moção apresentada pela Comissão Política Distrital do PSD Castelo Branco ao XXXVI Congresso Nacional do PSD e é também subscrita pelos dois deputados sociais-democratas eleitos neste distrito.

No documento, os deputados explicam que o projeto de lei pretende iniciar o percurso da compensação e correção das desvantagens geográficas e assegurar que as políticas económicas e de rendimento “possam beneficiar de igual modo todos os cidadãos através de iniciativas concretas de desenvolvimento do território, de promoção da descentralização e da coesão”.

“Numa perspetiva de futuro, a realidade demográfica portuguesa perspectiva-se sombria, não sendo hoje uma realidade que deva preocupar exclusivamente os territórios do interior, pois o decréscimo no número de habitantes em Portugal tem mesmo tendência para se acentuar”, lê-se no documento.

Os deputados sociais-democratas argumentam que os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) “mostram que, diferentemente de estarem a diminuir, as assimetrias e as desigualdades entre as várias regiões do país estão-se a acentuar”.

“Tem de ser inquestionável que o aproveitamento pleno dos recursos endógenos do país, se não essencial, será pelo menos muito importante ao todo da economia nacional, mas isso não será possível conseguir sem mais pessoas nos Territórios de Baixa Densidade”, sustentam.

Os subscritores adiantam ainda que o diploma, em vez de procurar definir um mapa estático, com a definição do que devem ou não ser considerados Territórios de Baixa Densidade, “procura deixar entreaberta a possibilidade de evoluir, no médio prazo, para um modelo dinâmico, com uma efetiva capacidade de adaptação a realidades que, por natureza, se encontram em permanente mutação”.

## Bragança Fernandes quer mobilizar o PSD/Porto para vencer as autárquicas

António Bragança Fernandes foi eleito, sábado, 23 de julho de 2016, presidente da distrital do PSD/Porto, afirmando que tem agora o “grande desafio” de conseguir que o PSD “vença mais autarquias” no distrito, nas eleições autárquicas de 2017.

O presidente da Câmara Municipal da Maia, que se apresentou como candidato único a estas eleições, recebeu mais de 98% dos votos, divulgou, em comunicado, o secretariado da distrital do PSD/Porto.

Bragança Fernandes afirmou que o facto de não ter aparecido nenhuma outra lista nesta eleição demonstrou “um sinal de unidade” no PSD/Porto. “Percorri todas as concelhias e o sinal foi-me dado”, disse, acrescentando que teve como objetivo criar uma lista “inclusiva”, com sociais-democratas de Felgueiras e Paços de Ferreira, por exemplo.

“Só um partido unido consegue ganhar o grande desafio que tem pela frente, que é conseguir vencer mais autarquias nas próximas eleições” locais, em 2017, venceu.

Sobre a votação, o novo líder social-democrata para o distrito do Porto referiu, em comunicado, que se tratou de “uma percentagem significativa, isto quando estamos na presença de uma lista única para todos os órgãos distritais”.

Bragança Fernandes, que substituiu no cargo o deputado Virgílio Macedo, adiantou que pretende criar um “gabinete de formação autárquica”. “A ideia mais importante agora é concentrarmo-nos todos para ganhar mais autarquias e escolher o melhor candidato para cada uma das câmaras municipais que não são lideradas pelo PSD”, disse.

O social-democrata, que cumpre o seu terceiro e último mandato como presidente da Câmara da Maia, apontou a sua experiência como sendo “uma mais-valia para ajudar candidatos novos a ganhar terreno e a fazer política”.



Os órgãos distritais do Porto do PSD decidiram no dia 20 de junho demitir-se e convocarem eleições, por considerarem ser do interesse do PSD ter em setembro “uma Comissão Política Distrital com mandato que garanta a cobertura integral do calendário autárquico de 2017”.

Na ocasião, o PSD/Porto recordou que o cronograma definido pela Comissão Nacional para as eleições autárquicas de 2017 prevê a aprovação de candidaturas por parte da Comissão Política nacional a partir do início do quarto trimestre do ano.

Bragança Fernandes agradeceu a todos os que deixaram de fazer parte dos órgãos sociais do PSD/Porto, bem como a todos os que integraram a sua lista.

O autarca da Maia afirmou ainda que pretende “descentralizar as reuniões da distrital, levando assim o partido às concelhias”, bem como dar atenção a “dossiers relevantes para os concelhos do distrito que estejam parados em diferentes ministérios”, como a extensão do Metro do Porto até à Trofa ou a adjudicação do IC35, em Penafiel.

# Governo potencia instabilidade no sistema financeiro

Há uma instabilidade “muito preocupante” no sistema financeiro e bancário potenciadas pelo Governo. Luís Montenegro cita como exemplos notícias que se “multiplicam” sobre a Caixa Geral de Depósitos (CGD) ou o Novo Banco. “Esta instabilidade criada no sistema bancário é de facto muito preocupante. Instamos o Governo a corrigir o tiro e a não ser o responsável por esta instabilidade, incerteza, desconfiança que gravita no nosso sistema financeiro”, vincou Luís Montenegro, em declarações no parlamento, dia 19.

Nos “últimos dias”, prosseguiu o social-democrata, “continuam a multiplicar-se e avolumar-se notícias, intervenções e posições acerca do sistema financeiro, providas do Governo, e em particular do ministro das Finanças” - tais posições “provocam desconfiança, perplexidade, incerteza no sistema financeiro e bancário”, advogou.

“Só sobre a CGD foram mais de uma dezena” de notícias e inclusive “contradições” entre vários membros do Governo, realça Luís Montenegro, que insta o Executivo a “não plantar, de forma diária, às vezes mais que uma vez por dia, posições que não se percebem e que trazem incerteza ao sistema financeiro e ao sistema bancário”.

O ministro das Finanças tem-se portado - nas palavras do líder da bancada parlamentar do PSD - como um “elefante numa loja de porcelanas”. As negociações com as autoridades europeias sobre o processo de capitalização da CGD estão a correr bem e a solução desenhada vai ser em breve implementada, assegurou o Ministério das Finanças, mas Luís Montenegro lembra que o Primeiro-Ministro “há cerca de um mês” também já dizia que o processo estava perto de encerrado.

No que refere ao Novo Banco, o Executivo informou na segunda-feira a Comissão Europeia que “não considera a possibilidade” de realizar uma nova ajuda estatal ao Novo Banco, acrescentando que, se o banco não for vendido até agosto de 2017, entra num processo ordeiro de liquidação.

Luís Montenegro abordou estes temas no final de uma reunião do grupo parlamentar do PSD que antecede um jantar, privado, que assinala o fim da atual sessão legislativa.



## PSD mantém acordo sobre presidente do CES

Luís Montenegro reitera que PSD mantém o acordo feito com o PS sobre o futuro presidente do Conselho Económico Social (CES), mesmo após ter sido chumbado no parlamento o nome de Correia de Campos. “O resultado ficou muito aquém daquilo que era a nossa expectativa, mas quero de forma muito serena e solene afirmar que da parte do PSD mantemos o compromisso de propor e eleger conjuntamente com o PS o presidente do CES”, com o nome a ser indicado pelos socialistas, declarou Luís Montenegro.

O presidente do grupo parlamentar do PSD falava aos jornalistas depois de o antigo ministro socialista Correia de Campos ter falhado e a eleição para o cargo de presidente do CES, obtendo dos 221 deputados presentes apenas 105 votos favoráveis, quando precisava de dois terços de aprovações. “O voto foi secreto. Não podemos identificar como votou cada deputado. (...) No PSD vamos redobrar o nosso esforço para simbolizar os deputados quando houver um novo processo eleitoral, uma nova candidatura”, reforçou Luís Montenegro.

Terá de haver nesta fase um “novo processo eleitoral”, a decorrer depois das férias de verão, sendo “absolutamente prematuro” falar já desse momento, vincou o parlamentar social-democrata.



# Custo “completamente falso” de desconto nas portagens

O PSD censura o Governo por ter apontado um valor “completamente falso” para “justificar” a redução de apenas 15% nas portagens em algumas autoestradas e considera ser possível chegar aos 20% com um equilíbrio nas contas. “O Governo anterior [liderado pela coligação PSD/CDS] encomendou um estudo a que este Governo do PS teve acesso e que divulgou, segundo o qual um desconto até 15% garante um retorno de 5 milhões de euros. Com esta redução de 15%, o custo é nulo”, afirmou Luís Leite Ramos, vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, em conferência de imprensa no Porto, 21 de julho.

Para o deputado, o custo referido pelo Governo, de 13,6 milhões de euros, é “completamente falso” e serviu de argumento para o executivo socialista justificar a decisão de “não ir mais longe”, como tinha prometido em campanha eleitoral.

“O PSD manifesta surpresa e grande estupefação com as contas do Governo sobre as portagens nas ex-SCUT (sem custos para o utilizador)”, reagiu Luís Leite Ramos.

Para o PSD, que encomendou o estudo, “a redução de preços foi pensada para garantir o equilíbrio das contas das empresas públicas”. O deputado reconheceu que “o PSD acha que é possível ir mais longe” e apontou segurança num desconto de 20%.

“Podemos ir até aos 20%. Até este valor, o estudo indica um equilíbrio satisfatório”, afirmou.

“Até 15%, há a garantia de um retorno de cinco milhões de euros. Com esta redução, o custo é nulo. Não podemos imputar custos que não existem para desculpar a expectativa, criada por António Costa durante a campanha eleitoral, de que era possível chegar aos 50%”, frisou.

De acordo com o social-democrata, o próprio Governo “divulgou um estudo que dizia que a redução de 15% teria um ganho de cinco milhões de euros devido ao aumento de tráfego que iria gerar”.

“Em poucas semanas, os resultados são contraditórios. A única explicação que encontramos é que o Governo está a tentar desculpar o incumprimento de



uma promessa eleitoral, porque António Costa criou a expectativa de uma redução de 50% na A22”, disse.

“A palavra dada não foi palavra honrada”, lamentou o deputado.

Para Luís Leite Ramos, o PS “inventa agora um número para justificar uma redução de 15%, que não corresponde ao que tinha prometido”.

## PSD lembra que suspendeu contrato por força da rejeição do Tribunal de Contas

O PSD alerta que o anterior Governo não assinou o contrato do TGV, relativamente ao qual o Estado foi condenado a pagar quase 150 milhões de euros, porque o documento foi chumbado pelo Tribunal de Contas. “O contrato [da obra de execução do TGV] foi feito [com o

consórcio Elos] pelo anterior Governo do PS e foi suspenso pelo anterior Governo do PSD. Mas este contrato foi chumbado pelo Tribunal de Contas (TdC). Era impossível assinar um contrato chumbado pelo TdC”, justificou Luís Leite Ramos, vice-presidente do grupo parlamentar do PSD, à margem de uma conferência de imprensa sobre portagens, no Porto.

Para o PSD, a condenação do Tribunal Arbitral, divulgada na sexta-feira, alerta para os “riscos” que o atual executivo socialista “está a correr com a reversão dos contratos dos transportes” de Lisboa e do Porto”.

De acordo com Luís Leite Ramos, no caso da concessão dos transportes, o TdC “ainda não se pronunciou”, facto que representa “um risco de indemnizações mais significativas” por travara o processo. “O contrato do TGV foi chumbado pelo TdC e, mesmo assim, o Tribunal Arbitral decidiu que há direito a indemnização”, frisou o deputado.

# Relator omite responsabilidades do Governo na resolução do Banif



O PSD acusa o deputado relator da comissão de inquérito ao Banif de apresentar uma conferência de imprensa “essencialmente política”, onde tentou “lavar a responsabilidade” do atual Governo no processo de resolução do banco. “A leitura política que o deputado relator fez na conferência de imprensa peca por uma enorme tentativa de lavagem da responsabilidade do processo de resolução”, advogou o deputado do PSD Carlos Abreu Amorim.

Carlos Abreu Amorim, que é coordenador do PSD na comissão, falava após o deputado Eurico Brilhante Dias, responsável pelo relatório final dos trabalhos, ter apresentado uma primeira versão do texto em conferência de imprensa no parlamento, depois do mesmo ter seguido na noite de quinta-feira para os partidos com assento na comissão.

O relatório, reconhece Carlos Abreu Amorim, “parece ter uma preocupação de sustentar tecnicamente” várias questões, mas a conferência de imprensa de Eurico Brilhante Dias apresentou “defeitos” que o deputado do PSD diz temer serem “insanáveis”.

“Há uma preocupação evidente do princípio ao fim da conferência de imprensa em lavar dois aspetos que me parecem fundamentais: que o anterior governo [PSD/CDS-PP] deixou um plano de reestruturação, uma linha de rumo, uma estratégia, e que Governo presentemente em funções abandonou esse plano, desconsiderou a estratégia em cima da mesa e fez a decisão de resolução que acabou por afetar gravemente os contribuintes portugueses”, sublinhou Abreu Amorim.

O PSD vai nesta fase “estudar com muito cuidado o relatório” de mais de 400 páginas recebido e verá se há “salvação” para o mesmo ou se este é “pura e simplesmente um relatório político”.

O deputado relator da comissão de inquérito ao Banif, o socialista Eurico Brilhante Dias, sublinhou que os “primeiros responsáveis” pelo que sucedeu ao banco são os administradores que geriram, de forma “insustentável”, a entidade até 2012.

# Pescas precisam de uma “nova abordagem política”



Para o líder do PSD/Açores, os responsáveis pela “má gestão dos ‘stocks’” piscícolas no arquipélago não devem continuar a gerir o setor a partir de outubro, considerando que “é possível fazer diferente”. “Estamos neste momento com dificuldades no âmbito dos ‘stocks’ e é preciso reconhecer que houve uma má gestão dos stocks e essa má gestão tem responsáveis, que não podem continuar a gerir o setor das pescas”, afirmou Duarte Freitas, à chegada para um encontro com pescadores da vila de Rabo de Peixe, na ilha de São Miguel.

O cabeça de lista por São Miguel às eleições regionais de 16 de outubro considera importante a apresentação de um plano de recuperação dos stocks piscícolas no mar dos Açores junto das instâncias europeias, “para que os pescadores possam ser compensados com fundos europeus por paragens ou diminuições de capturas”.

Para Duarte Freitas, antigo eurodeputado, que é conhecer do setor, “quando se atingem certos níveis o que há a fazer são planos de recuperação”, reconhecendo que há problemas ecológicos, de sustentabilidade e de “má gestão dos ‘stocks’”.

Advogando que o setor precisa de “uma nova abordagem política”, o líder do maior partido da oposição lamentou os “problemas terríveis” por que passam muitos pescadores com rendimentos mensais de 100 euros, reiterando o compromisso de aumentar os rendimentos dos homens do mar e torná-los parceiros na definição das políticas para o setor caso vença as eleições regionais.

“Ao fim de 20 anos de regime socialista é possível fazer diferente e dar uma esperança a este setor, de maneira que se possa dignificar os pescadores, dando-lhes mais rendimento, mais formação e mais dignidade”, referiu Duarte Freitas, lembrando, ainda, que é necessário reconverter alguma da atual frota para que se possa ir pescar noutras zonas.

Na vila de Rabo de Peixe, no concelho da Ribeira Grande, reside a maior comunidade piscatória na ilha de São Miguel.

# Governo dos Açores “nada fez” para suspender o pagamento por conta



O presidente do PSD/Açores lamenta que o governo regional nada tenha feito para suspender o pagamento por conta para os agricultores açorianos, que até 20 de julho, tiveram de pagar cerca de dois milhões de euros em imposto. “Este foi um dia negro para os lavradores dos Açores. Dois milhões de euros saíram dos bolsos dos agricultores açorianos para os bolsos do ministro das Finanças do governo da República”, afirmou Duarte Freitas, durante um encontro com agricultores na freguesia de Ponta Garça, concelho de Vila Franca do Campo, 22 de julho.

O líder dos social-democratas açorianos lembrou que o PSD/Açores “reivindicou que o governo regional intervisse junto do governo da República para que o pagamento por conta não fosse feito agora”, até porque no próximo ano, “quando se fizer o acerto de contas com as Finanças, vai chegar-se à conclusão que os lavradores não tinham de pagar nada”.

Duarte Freitas desafiou ainda o governo regional socialista a “mexer-se” para obter mais fundos comunitários para a fileira do leite do arquipélago, dando como exemplo um pacote europeu de 150 milhões de euros já disponível para o setor.

“É preciso que os Açores se mexam para ir buscar esse dinheiro. É preciso querer mesmo salvar a lavoura. Nós queremos salvar a lavoura. Não queremos salvar a cara para manter o poder, que é só o que os socialistas pretendem”, referiu Duarte Freitas.



# povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

DIRECTOR: CARLOS ENCARNÇÃO DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA N.º 1024 • 7 DE JUNHO 1995 • PREÇO 100\$00



## Milhares aplaudem Fernando Nogueira



*O líder do PSD, Fernando Nogueira, em ambiente de permanente festa, esteve no passado fim-de-semana no Norte do País, com muitos milhares de pessoas a ovacionarem entusiasticamente o Presidente Social-Democrata. Em Baião — onde o largo da Câmara esteve completamente cheio — em Pedras Salgadas (Vila Real) ou nas Festas do Senhor de Matosinhos, a apoteose foi real, com banhos de multidões unanimemente referenciadas pela Imprensa e como há muito tempo não se assistia. Nas suas intervenções, Fernando Nogueira apontou as contradições do PS, lembrou os desastres dos governos socialistas e apelou à ponderação dos portugueses para que viabilizem uma nova maioria absoluta a fim de que se cumpra Portugal.*

6

# Parte da solução torna-se parte do problema

António Leitão Amaro (\*)

Todos os países têm os seus desafios e qualquer governo enfrenta dificuldades. O que deles se espera não são lamentos, mas uma ação responsável para ultrapassar as dificuldades. O que se pede é que enfrentem os problemas e atenuem os riscos, não que os agravem.

Infelizmente, o Governo das esquerdas tem escolhido o pior caminho.

Na estratégia económica, no processo orçamental e, relativamente ao sistema financeiro, as escolhas e (in)ação do Governo têm agravado as situações, travado a recuperação iniciada em 2013, destruído a confiança e multiplicado a incerteza e riscos que o país enfrenta.

Foi assim com a estratégia económica: reverteram-se reformas estruturais, apesar de indispensáveis à competitividade e de até o Governo “lá fora” defender a sua aplicação; afugentou-se o investimento em nome de uma suposta aposta na procura interna que, afinal, se concentrou em bens duradouros importados; anunciou-se o fim da austeridade, mas afinal redistribuiu-se a carga aliviando alguns grupos limitados e castigando todos, famílias e empresas.

O Governo começou este caminho prometendo crescimento e emprego, apesar de todas as instituições avisarem que as suas contas eram uma ilusão. A cada novo “cenário macro”, as metas eram revistas e a credibilidade deteriorava-se. Esta semana, o Governo voltou a rever-se, mas continua a prever o que ninguém acredita.

Hoje já temos resultados e não apenas metas para avaliar. Esses resultados são maus: o crescimento abranda, o emprego diminuiu, o investimento e a poupança caem, as exportações e a atividade económica declinam e a confiança sofre. As escolhas deste Governo já estão, efetivamente, a prejudicar o país.

Nas finanças públicas, o Governo persiste na irresponsabilidade e insiste em não fazer o que deve para aliviar os portugueses do peso do défice e da dívida. Em 2016, a dívida pública está a crescer, o Estado a atrasar-se nos pagamentos, mas os portugueses estão a pagar mais impostos, sobretudo à custa do aumento sobre os combustíveis. As esquerdas escolheram aumentar a despesa pública e a execução orçamental mostra sinais preocupantes, como o aumento dos pagamentos em atraso e o empurrar para o final do ano de gastos indispensáveis.

Apesar de já admitir que os pressupostos do Orçamento não se vão cumprir (menos crescimento, menos receitas fiscais), o Governo responde que nada faz e nada muda.

O Governo cria incerteza sobre as contas públicas e nem sequer cumpre a sua parte. Os saldos estrutural e estrutural primário medem o resultado das escolhas discricionárias de um governo, descontando efeitos exógenos da conjuntura económica e juros. Ora, segundo a Comissão Europeia e o Conselho de Finanças Públicas, em 2016 Portugal vai ter um agravamento dos défices estrutural e estrutural primário e até 2020 não vai cumprir o ajustamento devido.

A divergência para pior dos juros da dívida pública portuguesa face à dos restantes países europeus espelha a desconfiança sobre a política orçamental nacional.

Esta desorientação facilita as injustificáveis opções das instituições europeias para com o Governo português no processo das sanções, e contribui para a incompreensão dos outros Estados-membros. Um governo credível e que fizesse a sua parte justificaria outra resposta e defenderia melhor os portugueses.

Também quanto ao sistema financeiro, em vez de contribuir para solução, o Governo tem sido parte que agrava os problemas. Cada carta ou declaração governamental tem sido um prego na confiança e estabilidade dos bancos portugueses.

Na Caixa Geral de Depósitos, o Governo está a descredibilizar e mesmo a paralisar o banco.

A substituição da administração arrasta-se há vários meses ao ponto de a administração cessante avisar que “importantes decisões estratégicas estão adiadas. Paralisado, o banco perde terreno e valor face à concorrência, dia após dia”. Pior, durante semanas, o Governo alimentou e recusou esclarecer uma sucessão de notícias sobre a situação e o futuro da Caixa, que geraram desconfiança e incerteza. O ministro das Finanças anunciou no Parlamento um alegado “desvio” que quis confundir com um buraco de três mil milhões. Ora, nem se tratava de um buraco, nem os valores referidos pelo ministro eram verdadeiros.

Ficou a desconfiança criada pelo próprio Governo.

Também com o Novo Banco se sucedem declarações do Governo que agravam a incerteza e prejudicam o processo de venda do banco. Começou com a conversa da nacionalização alimentada pelo Governo e parceiros de esquerda. Esta semana foi a irresponsável declaração a acenar com a liquidação do banco com prazo fixo.

O Governo de Portugal deveria ser parte da solução, mas está a ser parte do problema.

(\*) Vice-presidente do grupo parlamentar do PSD



# Indústria têxtil, uma aposta para alavancar a economia

Vitor Pereira (\*)

Há muitos anos que se ouve a frase “A indústria têxtil não tem futuro em Portugal”. Hoje, todos temos que admitir que as nossas previsões, desde do início da década de 1990, estavam erradas.

Os setores ditos tradicionais, onde se inclui a indústria têxtil e do vestuário, são um motor da nossa economia e que muito tem contribuído para o resultado excepcional das nossas exportações, atingindo pela primeira vez cerca de 40% do PIB.

Este setor poderia estar ainda melhor, não fossem as políticas de alguns governos que nos dirigiram em meados da primeira década deste novo século, que tinham a ambição de tornarem Portugal num país de setores de ponta, de alta tecnologia, eliminando de vez a aposta nos setores tradicionais, onde se inclui o setor têxtil e vestuário. Para confirmarmos este discurso, não precisamos de recuar muito, basta recuar até 2006. Entendo que o nosso caminho pode passar pela nanotecnologia, especializações, pequenos mercados, mas podemos fazer essa integração com as empresas que já existem, apoiar na Inovação, no Desenvolvimento, na Pesquisa. Cito o exemplo dos têxteis técnicos, que se assumem como uma mais-valia nas áreas do desporto, da medicina ou do bem-estar, aliando novas ferramentas, novas matérias-primas com o nosso “know-how” no bem-fazer do vestuário.

Os últimos números publicados pela ATP-Associação Têxtil e Vestuário referem que 2013 foi o melhor dos últimos cinco anos, em termos de exportações do setor têxtil e do vestuário, tendo sido registado um valor de exportação de 4257 milhões de euros, segundo os dados divulgados pelo INE. Com um crescimento de 3,5% no total, as exportações do STV tiveram como destino 184 países distribuídos por todos os continentes. Com um peso de 18% surgem os países não comunitários, que registaram, em média, os melhores desempenhos, tendo as exportações para estes mercados crescido quase 9%.

Isto significa que mesmo com todas as contrariedades como a abertura dos mercados em 2005, o acordo multifibras, a crise do “subprime”, a crise das dívidas soberanas, etc., os empresários do têxtil e do vestuário demonstraram ser capazes de dar a volta. Hoje estão a alcançar resultados, que nem os mais otimistas imaginavam. Foi com este espírito de coragem, determinação e iniciativa que apostaram na subida da cadeia de valor através de conceitos de modernização, inovação, internacionalização, design e moda, qualidade e um melhor serviço que as empresas adquiriram mais consistência e que hoje marcam a diferença deste setor e da região do vale do Ave no mercado global.

As empresas souberam-se dar valor e transmitiram isso para os seus clientes, demonstraram que tem capacidade de resposta, tem conhecimento técnico, tem qualidade e espírito de sacrifício.

Mas Portugal também tem que dar valor, a nossa marca tem que ser mais valorizada e divulgada. Temos que deixar de ser a cauda dos lamentos, a península de Espanha. Nós somos história, nós somos o berço, nós trouxemos o mundo ao mundo! E porque é que continuamos subservientes e ausentes? Onde está o trabalho dos diversos organismos na divulgação de Portugal? Da nossa língua, que por acaso é a 5.ª língua mais falada no mundo e a terceira mais falada no hemisfério ocidental?

Esta valorização é importantíssima para que os nossos



mercados se consolidem, a promoção daquilo que fazemos, e que o que fazemos é sem dúvida de qualidade, uma mais-valia para que faça sentido continuar a investir em Portugal e na indústria têxtil e do vestuário.

Por muitos acordos, documentos, institutos, embaixadas, consulados que possam existir ou ser criados nada disto faz sentido se aqui, no meio do têxtil, nas nossas empresas, no nosso dia-a-dia essas tão bonitas ideias e palavras não passarem disso mesmo... É preciso valorização! É preciso que Portugal seja referência, é preciso que quando os empresários invistam numa feira na Alemanha, França, Itália ou até mesmo dos Estados

Unidos a primeira etapa já esteja feita, é preciso que a marca Portugal fale por si só.

Acreditemos que da parte dos empresários, dos comerciais, da produção, do desenvolvimento e de todos os departamentos envolvidos o esforço é total. Todos queremos ser bem-sucedidos!

Esta coragem, determinação dos empresários têxteis e do vestuário tiveram e continua a ter uma consequência positiva para a região e para o país baixando os níveis de desemprego nesta região na ordem dos 3% no espaço de um ano e meio criando mais de 10.000 postos de trabalho.

Penso que esta é a hora de olhar para a indústria têxtil e vestuário de forma a sermos conhecidos como os melhores, os mais rápidos e os que melhor qualidade têm, mas para isso é necessário que haja uma forte aposta neste setor ao nível da inovação, da internacionalização e na melhoria da qualidade, mas sobretudo numa verdadeira modernização. É preciso auxílio para que essa modernização aconteça, mas isso não é o suficiente, é necessário também uma aposta numa verdadeira formação profissional, nomeadamente ao nível dos quadros intermédios, não só pelos conhecimentos mas também pela confiança e orgulho que transmite a todos aqueles que fazem da indústria têxtil um motor da economia do vale do Ave e do país. Desta forma, podemos afirmar que o Vale do Ave é a “Capital do Têxtil e Vestuário” pelo “know-how” desenvolvido e demonstrado, e pela riqueza criada por todos os agentes deste setor.

(\*) Militante do PSD



14 DE AGOSTO ÀS 18H00 (DOMINGO)

CALÇADÃO DE QUENTEIRA

**Reservações:**

Para confirmação de presença, contactar F&B Algarve pelo

teléfono 91 911 1111 ou

pelo e-mail: [marketing@fb-algarve.com](mailto:marketing@fb-algarve.com)

[www.fb-algarve.com](http://www.fb-algarve.com)

## CONVOCATÓRIAS DO PSD

### Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



### MANGUALDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mangualde, para reunir próximo dia 09 de Setembro de 2016, (sexta-feira) pelas 20h00, na Estalagem Cruz da Mata, sita no Lugar de Cruz da Mata, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único -: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção de Mangualde

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede Distrital, sita na Rua do Inatel, 55 cave Esq., que está aberta para o efeito das 21h00 às 24h00.  
- As urnas estão abertas das 20h00 às 22h30

### MOIMENTA DA BEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Moimenta da Beira, para reunir próximo dia 09 de Setembro de 2016, (sexta-feira) pelas 20h00, na Rua da Feira, Praceta Fernão de Magalhães, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único -: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção de Moimenta da Beira

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede Distrital, sita na Rua do Inatel, 55 cave Esq., que está aberta para o efeito das 21h00 às 24h00.  
- As urnas estão abertas das 20h00 às 22h30

### OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Oliveira do Bairro para reunir próximo dia 24 de Setembro de 2016, (sábado) pelas 18h00, na sede sita na Rua do Foral, 168-1º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único -: Eleição dos Órgãos Políticos da Secção (Mesa da Assembleia e Comissão Política)

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 23h00

### PENALVA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Penalva do Castelo, para reunir próximo dia 09 de Setembro de 2016, (sexta-feira) pelas 20h00, na Junta de Freguesia da Ínsua, sita na Rua do Lar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da

Comissão Política de Secção de Penalva do Castelo

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede Distrital, sita na Rua do Inatel, 55 cave Esq., que está aberta para o efeito das 21h00 às 24h00.

- As urnas estão abertas das 20h00 às 22h30

### PORTALEGRE / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Portalegre, para reunir próximo dia 03 de Agosto de 2016, (quarta-feira) pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, nº17, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1 - Informações

2 - Análise da situação político partidária:

### RIO MAIOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Rio Maior, para reunir no próximo dia 10 de Setembro de 2016, (sexta-feira) pelas 17h00 na sede, sita na Av. Paulo VI, Lote 102, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 17h00 às 20h00



### I CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO DA JSD

De acordo com os Estatutos e demais Regulamentos da JSD, convoca-se o I Conselho Nacional Ordinário da JSD, a realizar no dia 1 de Outubro de 2016, pelas 14h30, no Concelho de Loulé. Com a seguinte ordem de trabalhos:

Ordem de trabalhos:

1 - Informações;

2 - Eleição dos representantes da JSD ao Conselho Nacional do PSD;

3 - Análise da situação política;

4 - Outros assuntos.

Notas:

No que concerne às eleições previstas no n.º 2 da Ordem de Trabalhos, as urnas estarão abertas entre as 15h00m e as 17 horas.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente do Conselho Nacional ou a quem, estatutariamente, a possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior à Eleição, na Sede Nacional da JSD.

### OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Concelhia de Oeiras, para reunir entre as 18h e as 20h do dia 10 de Setembro de 2016 na sede do PSD de Oeiras, sita no Largo Avião Lusitana número 15, Oeiras, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD de Oeiras.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da JSD Concelhia de Oeiras, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede do PSD de Oeiras, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentos da JSD.

### TAVIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio de Tavira, para reunir no próximo dia 02 de Setembro de 2016 (sexta-feira), pelas 18h00, na sede, sita na Rua Silvestre Falcão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa do Plenário Concelhio e a Comissão Política Concelhia.

Notas:

As listas candidatas devem ser entregues, na sede, ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. O Presidente da Mesa do Plenário Concelhio estará presente, nesse dia, entre as 23h00 e as 24h00, para qualquer esclarecimento. 2) As urnas estarão abertas das 18h00 às 20h00.

### SABROSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Concelhia da JSD Sabrosa, para reunir no dia 3 de Setembro de 2016, pelas 18 horas, na Sede da Junta de Freguesia de Sabrosa, sita na Av. dos Combatentes da Grande Guerra, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia de Sabrosa.

Notas:

As urnas estarão abertas das 18h00 às 20 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital de Vila Real ou a quem estatutariamente o substitua, na morada supra citada, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentos da JSD.

### NÚCLEO DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo do Centro Histórico do concelho do Porto para reunirem em Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 03 de Setembro de 2016, pelas 18:00, na Sede do PSD/JSD do Centro Histórico, sita na Praça da Batalha, nº 90, Sala 10, 2º Andar, 4000-102 Porto, com a seguinte ordem de trabalho:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário do núcleo JSD Centro Histórico do Porto.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Centro Histórico ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede Distrital do do PSD/JSD do Centro Histórico, sita na Praça da Batalha, nº 90, Sala 10, 2º Andar, 4000-102 Porto, respeitando as normas dos estatutos nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD. As urnas estarão abertas entre as 18h00m e as 20 horas.

**Informamos os nossos leitores que o "Povo Livre" interrompe para férias durante o mês de agosto. Estaremos de volta em 7 de setembro. Boas férias!**